

O TRABALHO QUE ALINHAVA O TECIDO SOCIAL NO VER-O-PESO

*Rosa Maria Ferreira da Rocha*¹

Resumo

O presente artigo expõe um “olhar” sociológico a partir da percepção do cotidiano das relações sociais e de trabalho na Feira de Alimentação do Ver-o-Peso. Essa reflexão insere as categorias trabalho e identidade no mundo da informalidade propício às feiras e mercados e num contexto da pós-modernidade enquanto realidade histórica do capitalismo atual.

Palavras-chave: Trabalho. Identidade. Informalidade. Pós-modernidade.

Abstract

This paper presents a “look” from the sociological sense of everyday social relations and work in the Fair’s Food-o-Peso View. This reflection enter the categories work and identity in the world of informality conducive fairs and markets in a context of postmodernity as a historical reality of today’s capitalism.

Key-words: Work. Identity. Informality. Postmodernity.

INTRODUÇÃO

O objeto de reflexão do presente artigo é a Feira de Alimentação do Ver-o-Peso, fruto da pesquisa Identidade das trabalhadoras(es) da feira de Alimentação do Ver-o-Peso² e do projeto: O Ver-o-Peso vê o Ver-o-Peso: a

1 Cientista Social, Secretaria Geral do Sindicato dos Sociólogos do Estado do Pará- SINSEP, especialista em Planejamento do Desenvolvimento – PLADES/NAEA e Gestão Urbana e Desenvolvimento Local – ICSA/UFPA. Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais – IFCH/UFPA .

2 Pesquisa *A face social do Ver-O-Peso: identidade dos (as) trabalhadores (as) da feira de alimentação*. Especialização em Gestão Urbana e Desenvolvimento Local, 2004. UFPA/CCSE. A pesquisa

identidade refletida das (os) trabalhadoras (es) da feira de alimentação do Ver-o-Peso em Belém (PA)³.

O corte temporal da análise parte dos dez primeiros anos do século XXI, marcado por abissais transformações no mundo do trabalho, na redefinição do papel do Estado e redimensionamento de identidades, entre outras questões. Um período histórico e político conformado por incertezas. É nesse contexto que dialogamos o espaço “feira” enquanto relações sociais e de produção e o tempo enquanto motor de transformações num mundo contemporâneo.

Reconhecido como pós-modernidade, esse período histórico traz outra dinâmica na relação de tempo e espaço, (...) pós-modernidade é “(...) a emergência de novas maneiras dominantes de experimentarmos o tempo e o espaço na sociedade contemporânea”, afetando os valores individuais e processos sociais (...) (HARVEY, 1998, p. 08).

O vasto universo de relações sociais e de trabalho costura e alinha as relações estabelecidas. Quer seja pelos graus de parentesco, quer seja pelas relações que se estendem em redes sociais mediadas pelo convívio e/ou pela dinâmica que impera no ambiente mesclado de cultura. São trabalhadores que desceram as margens dos rios, igarapés e furos na sombra amazônica, abrigados pelo mercado informal, característicos espaços das feiras e mercados na metrópole da Amazônia.

E assim, nas vias estreitas entre as barracas, as várias realidades e múltiplas feiras se completam e se fundem com a maior feira de céu aberto da América Latina, a Feira do Ver-o-Peso. Ecoam as falas que apontam para uma realidade de trabalho *sui generis* na real transparência dos tempos de uma sociedade de espetáculos.

O TRABALHADOR-FEIRANTE: RELAÇÕES SOCIAIS E DE TRABALHO NO VER-O-PESO

(...) Já faz um bom tempo que trabalho aqui..., daqui tiro o meu sustento e da minha família... Isso aqui pra mim é o meu trabalho..., aqui é o cartão de Belém..., aqui tem de tudo..., não sou só feirante, sou cidadão..., trabalho muitas horas, de dia e de noite..., me reconheço como um trabalhador que trabalha aqui na feira⁴!

ocorreu num período de três semanas, com duração em média de 20 h de trabalho no universo de seis feirantes.

3 Projeto de dissertação no Mestrado de Sociologia do PPGCS. Ano 2009. Pesquisa realizada com 150 barracas.

4 Falas comuns dos feirantes do Ver-o-Peso no ato das entrevistas nos anos de 2004 e 2009.

Ao mesmo tempo em que se refere a um coletivo denso de relações e, portanto, de interconhecimento, há também um sentido de orgulho e de identidade associados ao lugar especial de trabalho.

Daí o interesse em investigar os elementos que propiciam a formação de uma possível identidade de trabalhadores do Ver-o-Peso. Essa questão é particularmente relevante no presente contexto de pressões diversas sobre trabalhadores ambulantes informais – não apenas na Região Metropolitana de Belém – que ampliam a precariedade dessa condição. Ademais, como aponta a literatura sobre mudanças atuais no mundo de trabalho, as tendências fortes são de desestruturação de pertencimentos comunitários vinculados ao exercício do trabalho.

As realidades históricas resultantes das relações sociais e de trabalho, estabelecidas num espaço sob o legado de Patrimônio Histórico e Cultural e construídas entre os feirantes, familiares, poder público, consumidores, sindicatos, associações, turistas e sociedade em geral, inclui ao longo de um processo, elementos complexos e inerentes a uma rede política, econômica, social, cultural e simbólica. Essa complexa teia de relações que estrutura a Feira de Alimentação do Ver-o-Peso é ofuscada, ou melhor, não é perceptível diante da velocidade e intensidade do dia a dia da Feira do Ver-o-Peso.

Considerando a complexidade do espaço⁵, com origens em meados do século XVII, constitui-se como um marco histórico, paisagístico, tradicional, cultural, geográfico e econômico, inserido num ambiente urbano do bioma amazônico no Estado do Pará. Estão presentes elementos inerentes à origem da cidade e do Ver-o-Peso, do espaço social e do espaço simbólico, que perpassam a natureza desse espaço e dos agentes que os conformam.

A capital paraense possui, ao todo, 42 feiras livres cadastradas e dentre as 23 não cadastradas, 1.800 pessoas estariam envolvidas nas atividades informais nas feiras⁶, 18 mercados e quatro portos. O total é de 7.092 feirantes em toda Belém. Somente no Complexo⁷ Feira do Ver-o-Peso trabalham diariamente

5 Encontra-se localizado no centro antigo de Belém e divide a atenção com igrejas seculares e outros monumentos da cidade. O encantamento pelo lugar ganha maior proporção de beleza por se localizar às margens da Baía de Guajará, no bairro da Cidade Velha, na Avenida Boulevard Castilho França. A história do espaço se confunde com o nascimento da cidade.

6 Comenta Roberto Sena (DIEESE) na administração do governo petista, a Secon contabilizou 42 feiras cadastradas, com 7.092 trabalhadores. Dentre as 23 não cadastradas, 1.800 pessoas estariam envolvidas nas atividades. Boa parte delas integra feiras em áreas afastadas da cidade como o Paracuri, Panorama 21, Bengui, Acatauassu Nunes, em Canudos Ariri-Bolonha e Tenoné.

7 Formado pelas feiras do Açá e do Ver-o-Peso, Pedra do Peixe, os Mercados de Peixe e Carne, além do estacionamento. Entrevista em Fev./2009 com a Associação de Feirantes do Ver-o-Peso.

te mais de cinco mil pessoas, em 1.250 barracas, distribuídas em 19 setores⁸. São injetados diariamente na economia paraense cerca de 1,3 milhões de reais, com a comercialização de diversos tipos de produtos. Em volume de pessoas, o complexo recebe em torno de um milhão e meio, e o fluxo de consumidores e trabalhadores que circulam no local chega a 50 mil por dia⁹.

Dentre outros fatores, o espaço patrimonial e a circulação de mercadorias constituem-se em elementos preponderantes enquanto distribuição e diferenciação entre os feirantes do Ver-o-Peso e os feirantes das demais feiras de Belém que respondem a posições de capital global, constituído pelo capital econômico e pelo capital simbólico. Numa analogia com o pensar de Bordieure (2003), os agentes (feirantes) do Ver-o-Peso, na constituição desse capital, poderiam ser analisados por duas matrizes: primeiro seriam detentores de um volume de capital econômico e simbólico; e se opõem aos demais feirantes de outras feiras da cidade, que estariam desprovidos desse capital global. Segundo, não sendo detentores de capital econômico, os feirantes do Ver-o-Peso são ou devem ser, detentores do capital simbólico.

No nascer do dia, no Ver-o-Peso, Marias e Josés enfeitam as barracas com os aromas e coloridos das comidas marcando o início de mais um dia de trabalho na feira de alimentação. Do outro lado da rua, a mais ou menos cinco metros de distância, há um movimento frenético de gente e portas que se abrem para o trabalho, mas que se fecham bem antes da jornada de até 12 horas de Maria e José.

Nesse território, não há hegemonia de um gênero sobre outro. Homens e mulheres enfrentam uma jornada de trabalho estimada entre oito a 12 horas¹⁰ por dia, resultando uma renda próxima ao salário mínimo por semana.

É no contexto das relações mundializadas estabelecidas no que se convençiona chamar de pós-modernidade, que obedece uma lógica de dominação, na qual as grandes corporações hegemonomizam a arena política e há um predomínio da imagem em detrimento da palavra. Na elencada sociedade da informação, o tempo presente soa eterno. Tudo é instantâneo. As forças da perspectiva liberal tendem a esvaziar o horizonte utópico e perpetuar o presente, onde

8 Associação de Feirantes do Ver-o-Peso. Entrevista em Fev./2009.

9 *Diário do Pará*. Silvana Losekann. Ver-o-Peso: aniversário será comemorado hoje. 27 de março de 2009.

10 A jornada se inicia às 5h30, que consideramos o marco inicial da Feira de Alimentação, e vai 16 horas, estendendo-se até ter pessoas na área de venda de bebidas, o que pode ir até o amanhecer. No mínimo são duas horas para arrumação do espaço de trabalho e mais 2 horas para limpar/arrumar e fechar.

o fetiche da mercadoria ganha proporções nunca antes verificado, traduzido através da categoria do capitalismo tardio.

Jameson (2007, p. 29) adota a categoria capitalismo tardio a partir da obra de Ernest Mandel e se propõe não apenas a fazer a anatomia da originalidade histórica dessa nova sociedade (que ele considera como um terceiro estágio ou momento na evolução do capital), mas também a demonstrar que se trata aí de nada mais nada menos do que um estágio do capitalismo mais puro do que qualquer dos momentos que o precederam¹¹.

Jameson (2007) não descola, em suas indicações, a produção cultural contemporânea do atual estágio do capitalismo. O pós-modernismo seria o próprio espelho cultural desta fase do capitalismo. Nesse sentido, quais seriam as características centrais que o autor salienta? Percebe-se, entre elas: o surgimento de uma consciência esquizofrênica¹², a crise da história, a robustez da força da imagem na construção de novas identidades e o endosso na cultura de consumo, sem esquecer da ausência de profundidade e do esmaecimento do afeto.

Tudo é incerteza nos tempos de pós-modernidade? Onde se situa o sujeito no mundo onde impera a grande corporação, a lógica do consumo mediada pelas mídias e a propaganda, numa crença de onipotência da tecnologia? No caminhar de Jameson (2007), o capitalismo tardio, a superficialidade, a totalidade, a ideologia, o pastiche¹³, a esquizofrenia são categorias que servem de base para a busca da interpretação sobre a cultura no mundo contemporâneo.

Buscar perceber as relações sociais e de trabalho do Ver-o-Peso no contexto das relações mundializadas é olhar para as particularidades que compõem o ambiente urbano, a cidade, as relações sociais e de trabalho. Portanto, é compreender que em todos os processos históricos já vivenciados por diversas civilizações há sempre uma lógica econômica que se hegemoniza enquanto expressão cultural de uma sociedade. Reside no contexto do século XVII¹⁴ as origens dessas relações sociais e de trabalho precarizado no Ver-o-Peso como um espaço de circulação de mercadoria, de trabalho e de relações sociais.

11 Conforme a leitura de Mandel, antecedem o capitalismo tardio, o mercantil (1700 a 1850) e o monopolista imperialista (até por volta de 1960).

12 Jameson (2007) se apropria da tese de Lacan.

13 Jameson (2007) entende o pastiche como o “desaparecimento do sujeito individual”.

14 Aportavam na foz do rio Piry, atual João Alfredo, canoas dos indígenas e embarcações dos colonos carregadas de iguarias típicas da região para transações comerciais. Os tributos cobrados foram estipulados pelo peso da mercadoria, e esse processo economicamente conhecido como do haver-do-peso, o povo consagrou como o “Ver-o-Peso” (PANTOJA – *Província do Pará*: Belém-1º caderno. 1976).

No espaço da informalidade¹⁵, onde residem as feiras e os mercados, a Feira de Alimentação é um espaço público, sob a guarda e responsabilidade do poder municipal, o qual estabelece as políticas públicas em favor da cidade e da sociedade. Aqui residem códigos e normas próprias que se instalam permitindo a ampliação das relações sociais e que são pertinentes à troca entre produtores e às transações comerciais, as quais também, na maioria das vezes, são informais. Em uma sociedade que é regida por regras, normas e leis há consequentemente nessa relação da informalidade, alguma maneira de assegurá-la por vias legais.

A contemporaneidade exige a reflexão dos limites de regras e modelos expostos nos processos atuais, vivenciados nas experiências cotidianas. Costa (2006) indica que na sociedade de risco a incerteza é um mecanismo articulador da vida política. O papel do Estado é colocado em xeque cotidianamente.

Leite (2003, p. 105-106), ao tratar do viés emprego urbano e informalidade, chama a atenção de que a informalidade é fruto da redução da capacidade da economia de gerar empregos formais. O marco é a partir do início dos anos 1990, quando a atividade industrial foi profundamente golpeada pela abertura do mercado: o desemprego disparou, aumentando a informalidade e desassalariamento.

No planejamento da cidade destinado às feiras e mercados, além de garantir ações estruturantes, de restauração e revitalização é preciso encontrar respostas às condições insalubres e de falta de segurança que essas pessoas enfrentam ao desenvolverem suas atividades. Neste sentido, a condição para desenvolverem suas rotinas é na informalidade, o que caracteriza que esse trabalhador está desprovido de seus direitos previdenciários e assistenciais (sem a carteira de trabalho assinada), e que lhe é legada a informalidade. São os sujeitos sociais que demandam por políticas públicas, seja na periferia ou no centro da cidade, seja no mercado formal de trabalho ou na informalidade.

Mony e Druck (2007, p. 23), ao tratarem da flexibilização, afirmam que as formas precárias de inserção no trabalho, legais ou ilegais nas regiões metropolitanas dos países, são recursos para garantir a flexibilização: contratos temporários e subcontratação de serviços de terceiros (nas suas mais diversas formas) são parte do crescente fenômeno da “informalização” do trabalho

Ao redor do Ver-o-Peso um mundo flutua sobre as vias estreitas, tornando o trajeto da rua mais estreito. A informalidade se amplia numa pro-

15 O economista Roberto Sena, supervisor técnico do Dieese, explica que “[...] como mercado informal a gente deve entender as empregadas domésticas sem carteira assinada, trabalhadores autônomos (como os feirantes) e também os ambulantes”.

porção direta em que o desemprego floresce, em que os grandes projetos são anunciados e a migração registra mais uma fase. A informalidade é a paisagem da pós-modernidade? Nela, há um projeto macro que assegure aos cidadãos emprego e renda e que seja esse de longo prazo para o mundo do trabalho?

Castell (1998, p. 551) expõe esta problemática, ao afirmar que se a gestão do emprego é confiada à esfera local, é porque não encontrou sua solução alhures, no plano das políticas globais. Corre o risco, então, de se tornar a gestão do não emprego por meio da implantação de atividades que se inserem nessa ausência e tentam fazer esquecer-las.

Esta paisagem estupidamente nos dá uma convicção de que se não é só ela, mas é bastante significativa, pois o trabalho informal ultrapassa o muro de relações de troca, por antes ser um ato político quando esses atores sociais efetivam seu trabalho na informalidade e obtém o reconhecimento, por parte dos demais atores sociais, fortalecendo os laços entre si.

O setor de alimentação está numa relação com a produção de mercadorias da mesma espécie daquelas colocadas no mercado pela produção industrial capitalista. É a produção de alimentos que se explica na medida em que é capaz de prover certas necessidades de camadas da população em função do seu baixíssimo poder aquisitivo, e, por conseguinte, “não” capturadas pelo mercado capitalista. A aparente contradição entre esse subramo (alimentação) e a produção capitalista é importante para dar conta da reprodução da força de trabalho para o capital. Assim, constatamos que a informalidade é a irmã siamesa do desemprego, da subocupação e da precarização do trabalho, presentes no mundo da informalidade.

É na raiz da estruturação que as condições de trabalho se diversificam e se fragilizam. Para as autoras Mony e Druck (2007, p. 30), o debate acerca da precarização do trabalho no Brasil refere-se fundamentalmente aos resultados e impactos da flexibilização, cujas noções que marcam as análises são a fragmentação, a segmentação dos trabalhadores, a heterogeneidade, a individualização, a fragilização dos coletivos, a informalização do trabalho, a fragilização e crise dos sindicatos e, a mais importante delas, a ideia de perda – de direitos do todo tipo – e da degradação das condições de saúde e de trabalho. Noções que dão ideia de precarização, considerada como implicação mais forte da flexibilização.

O mundo do trabalho no Ver-o-Peso também responde às transformações na economia e na política nos dias marcados pelo neoliberalismo, que redimensionaram várias categorias nas ciências, dentre elas a categoria traba-

lho, que se encontra na encruzilhada da flexibilização e da instabilidade, bem como numa nova divisão internacional em escala planetária. No mundo da economia neoliberal, a informalidade tende a nublar a realidade do universo do trabalho.

Castell (1998, p. 578), ao refletir sobre o trabalho, afirma que ele continua sendo uma referência não só econômica, mas também psicológica, cultural e simbolicamente dominante, como provam as reações dos que não têm.

Desde o século passado, considerado, por alguns autores, como a chegada da pós-modernidade, o mundo passa por profundas transformações em sua feição geopolítica, impondo transformações nos planos da política, da economia, do trabalho e da cultura.

Para Jameson (2007), a pós-modernidade é uma realidade histórica, social e cultural originária do capitalismo atual. E que possui bases materiais e está sujeita a transformações por meio da ação política.

Neste momento de “vazio” ideológico e da predominância de único processo civilizatório em escala planetária amplificado pela indústria cultural, a própria cultura não escapa ao enquadramento de mercadoria. Ao se alçar a categoria da identidade em prejuízo de classe social, coloca-se para o escanteio da história o sujeito. No mundo marcado por um abissal individualismo e certo “darwinismo social”, parece não haver espaço para projetos coletivos.

Esta fase atual do capitalismo intensifica a informalidade na relação de trabalho. Portanto, para Lima (2006, p. 92), tanto a flexibilização quanto a precarização fazem parte da dinâmica do desenvolvimento do capitalismo. Isso aponta para a necessidade de se internalizar nas análises do paradigma da flexibilidade, a subjetividade presente na transformação do trabalho e das relações sociais.

Flexibilização e precarização, configuram-se também como pilares do trabalho informal? Fomenta-se, concretiza-se e acirram-se os fenômenos do desemprego e da exclusão do mercado formal de trabalho. São milhares de trabalhadores nesses extensos espaços, locais, regionais e nacionais, que disputam as rodovias, avenidas, ruas e “ruelas” e que se chega a perder de vista, até onde os olhos não alcançam.

Supor um intermediador para formação de um mundo moderno é partir da confirmação de que “o homem é trabalho e é mercadoria”, e que essa relação esteja intermediada por um contrato entre homem e mercado. Então é a ideia de contrato social, baseado no entendimento da própria natureza humana, que abre um espaço para ampliar esta relação: homem, contrato, mercado e Estado.

São as grandes dimensões da modernidade que estabelecem a ideia de contrato, ancorada no Estado, no poder e no mercado com o caráter impessoal do mundo moderno.

O conceito de trabalho construído por Marx (1983, p. 149), na obra-prima *O Capital*, nos revela que “(...) A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. (...) Antes de tudo, o trabalho é um processo entre homem e natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza”.

No espaço de pesquisa, dentre os muitos que constroem essa história, está Raimundo Ernane¹⁶ com 50 anos de trabalho no Ver-o-Peso. Desde os seus 20 anos de idade começava o trabalho por volta de quatro horas. Hoje, aos 72 anos, está administrando o “ponto” no Ver-o-Peso, onde um dos sete filhos trabalha.

Raimundo, conta que começou no mercado, quando o pescado só chegava pelos rios e não havia balança grande. O peso era combinado conforme a força do caboclo marajoara. O peixe ia sendo colocado nos braços do carregador até ele calcular 50, 60 e até 100 quilos, quando já não aguentava mais e tombava o peixe no cesto.

Ainda que pese as contradições das práticas e discursos sobre a leitura do mundo do Ver-o-Peso, trabalhadoras (es) clamam por condições dignas de trabalho, com um espaço menos insalubre e com maior segurança para as práticas do trabalho. O descaso do poder público não escapa as suas falas, que em contrapartida reverenciam o título de Patrimônio Histórico. Essa referência torna-se o ponto de partida para os trabalhadores assentarem suas reivindicações junto aos poderes: municipal e estadual.

Aqui não foge à regra transformar direitos “assegurados” pela Constituição Federativa do Brasil, como (dentre outros) o direito ao trabalho (saúde, educação, habitação), em instrumentos de reivindicações e resistência no espaço do trabalho. No processo de organização da categoria está à frente o Sindicato de Feirantes de Belém que procura ampliar e assegurar a participação dos feirantes via inúmeras associações formadas por setores da feira. Dentre os vários objetivos do Sindicato, um deles é tentar também conquistar os direitos que estão assegurados, principalmente, nas convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que tratam da liberdade sindical, negociação coletiva, trabalho infantil, trabalho forçado, discriminação de gênero e raça, meio ambiente e saúde e segurança ocupacional.

16 *Amazônia jornal*. Edição de 24/03/2008.

Santos (2006, p. 396) aponta que há uma lógica reivindicativa, ele se reporta à flexibilização como “(...) uma via de dois sentidos e os sindicatos têm de ser tão seletivos face aos empresários e gestores, tal como estes o são em relação aos trabalhadores”. E completa sua visão afirmando que “(...) para além de pragmáticas e de autênticas, as formas têm de ser inovadoras e criativas”. E finaliza “o sindicato já foi mais movimento que instituição. Hoje é mais instituição que movimento”.

Aí reside um dos princípios necessários para uma ação coletiva, instaurar o processo de organização da atividade, respeitando combinações entre Estado-mercado-trabalhadores. O sentimento de pertencimento àquele espaço e enquanto trabalhador daquele espaço abre prerrogativa para negociar com atores sociais “formais”, como os governos municipais e fornecedores, uma vez que o acesso ao espaço não está franqueado a qualquer um, mas depende de negociações para a sua conquista.

Para Santos (2006, p. 382), a redescoberta do trabalho é a condição *sine qua non* da reconstrução da economia como forma de sociabilidade democrática. “(...) é uma exigência inadiável que a cidadania redescubra as potencialidades democráticas do trabalho”.

O poder público municipal propõe uma administração compartilhada¹⁷, baseada na participação de associações (aproximadamente 60% das feiras dispõem de associações formadas). Nesse sentido, a Associação de Feirantes Hortifrutigranjeiros de todo o complexo do Ver-o-Peso, conta com um número de associados bastante expressivo. São 4.250 associados que passam a receber assistência médica, jurídica, além de reserva financeira para tomar empréstimos.

Alves (2000, p. 275-291) coloca que a principal característica da nova etapa do sindicalismo no Brasil é a passagem, no plano da estratégia sindical, da “confrontação à cooperação conflitiva” com o capital. Argumenta que as alterações nas estratégias sindicais refletem no plano político-ideológico, a debilitação estrutural do mundo do trabalho organizado, o surgimento de um novo (e precário) mundo do trabalho: “(...) por um lado, representava uma conquista operária, capaz de dar suporte à consciência de classe; por outro, representava uma nova estratégia do capital, ciente do poder integrador da negociação coletiva e da necessidade de uma classe operária participativa”.

17 O diretor de Feiras, Mercados e Portos de Belém, Manuel Rendeiro, adiantou que a Secon mudará o perfil controlador sobre as atividades dos feirantes e fará uma administração compartilhada, ou seja, juntos Poder Público e trabalhadores, dividindo as responsabilidades na administração do espaço/feira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na era em que tudo vira espetáculo e que impera no mundo do trabalho, a tecnologia que margeia as relações do trabalho quer seja no que se convencionou chamar de mercado formal e mercado informal, mediante o motor da concorrência. Nesse contexto das feiras, hoje está presente a concorrência dos grandes supermercados, travando uma disputa desigual com os feirantes. São redes que se apropriam da produção, desde a escala *in natura* até a industrializada, e que investem na propaganda como objeto de sedução aos espaços e às mercadorias.

Parece que a lei de liberdade do comércio “ir e vir” se aplica hoje com relação à liberdade do patrão garantir ou não os direitos trabalhistas propostos nas leis construídas e presentes na OIT. Por outro lado, o próprio Estado que é institucional mais parece não o ser de direito para todos, negando a reformulação na legislação trabalhista, o que termina expondo a força de trabalho a um infinito mercado competitivo e seletivo.

Alves (2007, p. 119) chama atenção para o fato de que a crise da modernização é a decadência histórica do capital nas últimas décadas do século XX; a precariedade e a precarização se explicitam como formas sócio-históricas que envolvem os “proletários pós-modernos”. A precarização da força de trabalho aparece como desfiliação, como observa Robert Castell, e a precariedade como aparência disruptiva da condição de vida de contingentes ampliados do mundo do trabalho, principalmente daqueles que possuíam algum nível de organização e que vivem a experiência de crise de seus instrumentos defensivos (sindicatos e partidos) (CASTELL, 2002).

As transformações recentes que aproximam flexibilização e precarização no mundo do trabalho fragilizam a identificação dos trabalhadores, haja vista a fragmentação e/ou dissimulação de “profissões” atingindo indiscriminadamente os que estão ou não na legalidade do trabalho. Novos arranjos sincronizam e estendem as margens para a ilegalidade ou a informalidade do trabalho. Resta saber que identidade, enquanto resistência e luta, persistirá num mundo pós-modernidade. Para Castell (2002) “a identidade pelo trabalho está perdida”.

As feiras funcionam como símbolos da resistência popular, face às grandes redes de hipermercados espalhados na cidade. E para competir com os supermercados, feirantes querem o fim da informalidade. Essa é uma das matérias tratadas no noticiário local que expõem: “Cartão de crédito invade feiras de Belém”¹⁸. A matéria chama atenção de como sair da informalidade, apon-

18 Jornal *O Liberal*. De 3 de março de 2010. *Caderno Cidades*.

tando que “feirantes e outros profissionais liberais podem se inscrever como microempreendedores”.

A questão parece ficar resumida à escolha da pessoa – quer ou não trabalhar? – ou quer ser um microempreendedor? Aparece como fuga, saída para não “engrossar” a fila dos desempregados. Castell (1998, p. 516), ao abordar a nova questão social, explicita que o desemprego não é uma bolha que se formou nas relações de trabalho e que poderia ser reabsorvido. Diz o autor que começa a torna-se claro que a precarização do emprego e o desemprego se inseriram na dinâmica atual da modernização.

Dentre as feiras que não estão mais à margem do frenético ritmo imposto pelo capital, tempo é produção, e aqui tempo é venda, mediante o uso da tecnologia eletrônica, estão as feiras do Guamá, Ver-o-Peso, São Brás e Pedreira.

Ao contrário dos princípios que regeram o iluminismo, como a razão, o antropocentrismo, o indivíduo como centro das inquietações e a liberdade, na pós-modernidade, nas mais variadas dimensões: na econômica, na política, no social e na cultura, registra-se um refluxo do mesmo e a ausência de projetos coletivos.

Salienta-se que a diferença e a desigualdade entre as classes sociais foram nubladas. A forma hegemônica de perceber o mundo privilegia fatores de identidade, que acabam por constituir identidades particulares (fragmentos de identidade) em prejuízo de uma ideia totalizante, que se explica a partir do modo de produção capitalista.

No presente momento histórico, marcado pelo mundo como instável, incerto e imprevisível, a identidade tende a ocupar o centro de gravidade em detrimento da classe social. Sublinhe-se ainda que além da perda de referenciais ideológicos, ocorre uma atenuação da relação entre capital e trabalho.

Ao trazer essas reflexões para mais próximo da problemática do estudo, das trabalhadoras e dos trabalhadores na Feira do Ver-o-Peso, observamos que o setor de alimentação está numa relação com a produção de mercadorias da mesma espécie daquelas colocadas no mercado pela produção industrial capitalista. É a produção de alimentos que se explica na medida em que é capaz de prover certas necessidades de camadas da população em função do baixíssimo poder aquisitivo, e, por conseguinte “não” capturadas pelo mercado capitalista. A aparente contradição entre esse subramo (alimentação), organizado na forma de pequenas unidades econômicas e a produção capitalista, é importante para dar conta da reprodução da força de trabalho para o capital.

No Ver-o-Peso, a matriz da identidade é o trabalho, como indicam os autores que discutem essa relação, desde Marx (1983), passando por outros,

Castells (2006), Hall (2004) e Bauman (2005). E, ainda, os autores que discutem a complicação de manter identidades na atualidade em contextos de insegurança, incertezas, volatilidade dos pontos de referência que ancoravam as identidades ligadas ao trabalho: estabilidade, emprego, acesso aos direitos sociais e estilos de vida associados ao exercício do trabalho, autoestima decorrente da inserção na divisão social do trabalho, percepção de utilidade pessoal como Alves (2000), Leite (2003), Santos (2006).

No processo de relações sociais e de trabalho, estabelecido nesse universo de caráter informal, além de uma relativa segurança que se supõe haver no exercício do trabalho na feira, há de se perceber também que as relações se estendem para além do universo do trabalho em si. Ou, melhor dizendo, o universo desse trabalho não representa um “corte radical” com relações de cunho pessoal, ou com solidariedades extra trabalho. Não se verifica aí a separação entre trabalho e vida pessoal própria do capitalismo, ressaltada por Weber (1979) de maneira a instituir o campo da atividade econômica como o campo da racionalidade instrumental por excelência.

Há uma identidade (re)construída, mediada pelo processo de organização e a partir da informalidade no atual capitalismo?

No Ver-o-Peso, de uma maneira geral, a informalidade é um retrato do desemprego e da subocupação, matriz de um processo de precarização do trabalho, sedimentado pelo sistema capitalista. Mas, chama atenção um diferencial na presença da informalidade do trabalho naquele contexto. Comparativamente entre pessoas que desenvolvem suas atividades ao redor do Complexo do Ver-o-Peso, como os camelôs e os feirantes que estão estabelecidos nos diversos espaços que a ele se agregam, desenvolvendo uma diversidade de atividades inerentes às inúmeras “feiras” que compõem o espaço do Ver-o-Peso.

Essa pós-modernidade torna-se perceptível no nosso objeto de estudo, quando o relacionamos com alguns elementos como identidade, informalidade, precariedade/vulnerabilidade, coletividade, redes de relações sociais e de trabalho, todos presentes cotidianamente, diuturnamente no Ver-o-Peso. São fragmentos que contribuem para a construção e reconstrução da identidade desses feirantes, como sujeitos enquanto parte imaterial de um patrimônio histórico. Acompanha uma contemporaneidade que avulta para construção e fragmentação da identidade como na expressão do sociólogo polonês Zygmunt Bauman, uma “modernidade líquida”, quer dizer uma realidade ambígua, multiforme, na qual, como na clássica expressão marxiana: tudo o que é sólido se desmancha no ar.

Esse é um dos sentidos de percepção da analogia com o Ver-o-Peso. Portanto, em se tratando de um lugar onde as políticas públicas são expoentes

para a relação com a cidade; onde o processo de organização da categoria ora se fragiliza e ora se fortalece; onde centenas de feirantes se comunicam com centenas de pessoas todos os dias; onde há a presença de mecanismos tecnológicos e midiáticos, em resposta à nova relação de mercado e de trabalho, como esses feirantes conseguem relativa estabilidade em comparação com aqueles camelôs e/ou feirantes que estão à exposição extrema das ruas? Num milênio em que as relações se fragilizam, até o futuro é movido por incertezas, os laços tornam-se comparativos na extensão em que o tempo ganha novos significados, ou seja, veloz e vazio: qual é a dinâmica presente dessa identidade, que parece transpor tais incertezas?

Há uma referência nos dados empíricos coletados de que o processo de organização dos feirantes vem apresentando uma fragilidade, na medida em que várias tentativas têm sucedido a formação de associações, ora pelas especificidades dos espaços/categorias, ora pela totalidade enquanto espaço e categoria comuns. A princípio percebemos que a fragilidade da identidade pode estar correlacionada com essa fragilidade que fragmenta o processo de organização. Então, talvez demonstre que o processo de pós-modernidade impõe limites devido às várias identidades dele decorrentes, inviabiliza cada vez mais o processo de luta de classe, por processos identitários.

Na feira de alimentação do Ver-o-Peso, no processo de (re)construção cotidiana de suas relações sociais e de trabalho, se apresenta o desafio de integrar tempo, forma e conteúdo, num espaço com complexo grau de heterogeneidade e homogeneidade dos protagonistas dessa história. Buscamos perceber e compreender o que há por trás das aparências e que tanto é peculiar à feira. No raio de análise, o individual e o coletivo dialogam para superação do desafio, mediante a identificação do sentimento de pertencimento, da construção de laços sociais e do reconhecimento de sua identidade no mundo do trabalho informal.

Na investigação, empreendemos uma análise sociológica sobre a percepção, concepções e práticas dos trabalhadores na Feira de Alimentação do Ver-o-Peso, considerando a diversidade de comportamentos, de relações, de expectativas e de interesses vivenciados no cotidiano desse espaço e na especificidade de suas realidades históricas, na compreensão da dialética da realidade, concebida como totalidade, encadeadas e recíprocas (IANNI, 1971, p. 98), que são fundamentais para o processo de relações sociais e de trabalho e de (re) construção da identidade desses trabalhadores.

As discontinuidades históricas configuram a coluna dorsal da modernidade. Elas promovem a inquietação para a reflexão da sociedade. Seja no seu

período de “perplexidade” ou de produção e reprodução das relações sociais. É nesse caráter que se reconhece o pensamento de Giddens (1991): “o que determina o caráter de modernidade de uma determinada sociedade é o (...) estilo, costume de vida ou organização social que emergiam na Europa a partir do século XVII e que se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (GIDDENS, 1991, p. 11).

Nossas referências de modernidade não estão voltadas às nossas tradições. O que nos referencia a este novo, mas que é desconhecido, é a previsibilidade racional.

O desenvolvimento da técnica busca o domínio, o controle e as certezas sobre os processos e fenômenos naturais e sociais, derivados de um caráter contínuo e reflexivo. O que o uniformiza o tempo/espço com vistas ao desenvolvimento das sociedades urbanas dos séculos XVIII, XIX e XX, tornando-as sem referências, vazias e sem memória.

O ambiente tratado por Giddens e Beck (1995) é conformado a partir do princípio da incerteza/risco e autocrítica, o que gera inúmeras interpretações. Na sociedade presente, as inovações tecnológicas – elemento inerente da modernidade – redimensionam, em profundidade, as relações econômicas, sociais e políticas.

A incerteza e os riscos despontam como se fossem uma “caixa de Pandora”. O processo de modernidade reflexiva gera curiosidades, expectativas num tempo de relações virtuais, que ainda guarda o segredo não revelado: o destilador da esperança!

Belém, capital do Pará, possui ares de metrópole tropical e a elite local a arvora a epicentro da Amazônia. Como toda metrópole, Belém carrega seus problemas das mais diversas ordens: ausência de saneamento básico, transporte coletivo precário, *déficit* de moradia, criminalidade, saúde pública deficiente e uma elite patrimonialista. Na cena cultural e econômica, o mercado do Ver-o-Peso se constitui como uma espécie de emblema.

É nesse contexto territorial¹⁹ que a Feira de Alimentação constitui uma das realidades do vasto mundo do Ver-o-Peso; um lugar que atrai e mostra as similaridades e diferenças de um povo e que ao mesmo tempo permanece com seus códigos e normas, sua estética, seus valores simbólicos e sua “moralidade”.

19 A partir dos pressupostos de Robert Sack, Haesbaert (2002, p.119), com base no princípio do conflito, salienta que, o território é uma tentativa de um indivíduo ou grupo de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, através da delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica.

No espaço da informalidade²⁰, onde residem as feiras e os mercados, códigos e normas próprias se instalam permitindo a ampliação das relações sociais e que são pertinentes entre a troca entre produtores e as transações comerciais, que também, na maioria das vezes, são informais. Em uma sociedade que é regida por regras, normas e leis há conseqüentemente nessa relação da informalidade, alguma forma de assegurá-la por vias legais. Aí reside um dos princípios necessários para uma ação coletiva, instaurar o processo de organização da atividade, respeitando combinações entre Estado-mercado-trabalhadores.

O contexto reformula as relações de trabalho, onde o patronato se organiza em resposta às manifestações dos trabalhadores, e expõem a exclusão da relação capital/trabalho inerente aos séculos de modernização das sociedades.

O espaço urbano é um produto das relações sociais, enquanto resultado e condições de reprodução dessas relações. É compreendido em sua complexidade principalmente nos trabalhos mais contemporâneos da sociologia urbana. O espaço é sempre uma conjuntura histórica e forma social, que recebe seu sentido dos processos sociais que se expressam através dele, sinaliza Castells (1983).

Desde o século passado, o mundo passa por abissais transformações em sua feição geopolítica, impondo transformações nos planos da política, da economia, do trabalho e da cultura. Ressalta-se no cenário da pós-modernidade um predomínio da cultura do consumo, uma ausência de profundidade e esmaecimento do afeto, que fortalecem a imagem em detrimento da essência cultural, e que fragmentam identidades consolidadas e constroem novas identidades.

O ponto central e hegemônico de abordagem da categoria identidade está referenciado no conceito tratado por Castells (2006) em sua obra *O Poder da Identidade*, estendendo o diálogo com outros autores, como Bauman (2005) em *Identidade*, e Hall (2004) com a obra *A Identidade cultural na pós-modernidade*, que apresentam proximidades com a concepção de Manuel Castells.

Várias realidades estão conformadas no espaço que configura o mercado do Ver-o-Peso. Relações essas sociais e de trabalho que se criam e se estabelecem e são provenientes dessas realidades, que ganham vida com o fluxo e o refluxo de diferentes atores sociais nos variados períodos do fazer o dia a dia e segundo a disposição das áreas. É neste contexto que Bauman (2005, p. 19)

20 O economista Roberto Sena, supervisor técnico do Dieese, explica: “como mercado informal a gente deve entender as empregadas domésticas sem carteira assinada, trabalhadores autônomos (como os feirantes) e também os ambulantes”.

entende a identidade: “(...) flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas”.

É esse o caráter de semelhança com a posição de Castells (2006, p. 22), que entende por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual (is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas.

É importante sublinhar que o processo de identidade é formado a partir do próprio indivíduo e da compreensão sobre ele e o que pode significar, sendo então a percepção de si mesmo o aspecto orientador de sua identidade. O autor mostra que todas as identidades não são fenômenos naturais e, portanto, são construídas.

Dessa maneira, torna-se importante compreender os significados que as pessoas atribuem a esse espaço de trabalho – a feira de alimentação –, e se há uma percepção de que as relações de poder dominante externo a eles, delimitam espaços a serem considerados portadores de história e, conseqüentemente, de uma memória coletiva e de um patrimônio cultural, uma vez que memória e patrimônio são referenciais para a construção de identidades individuais e coletivas.

Outro eixo para análise da concepção de identidade é de Stuart Hall (2000), que reflete sobre a crise de identidade na sociedade pós-moderna, e sobre esse surgimento de uma nova era, quando emergem novas identidades e se fragmenta o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência dos indivíduos no mundo social.

Esse mundo pós-moderno também constrói a sua referência de identidade, com a clareza de Hall (2004, p. 11, grifos do autor), que sintetiza:

(...) A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” – entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural.

E assim, damos continuidade à busca por essa inquietude, mediante os resultados da pesquisa sobre a identidade dessas (es) trabalhadoras (es) da Feira de Alimentação do Ver-o-Peso, em Belém do Pará. Quem são essas mulheres e homens que trabalham e traçam redes de relações sociais e de trabalho advindos de origens históricas da capital da Amazônia. No estágio atual do capitalismo evidenciam-se as relações e condições de trabalho “mergulhados” na flexibilidade e na precarização. O que Lima (2006, p. 92) deixa claro é que a flexibilização e a precarização fazem parte da dinâmica do desenvolvimento do capitalismo em sua fase atual, e com maior intensidade no mundo da informalidade. Portanto, a arena da informalidade mais do que nunca está em plena erupção.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho: explosão (e crise) do sindicalismo no Brasil*. São Paulo: FAPESP; Boitempo, 2000.
- _____. *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho. Precariedade e Precarização do trabalho*. 2. ed. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.
- BAUMAN, Z. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASCH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora UNESP, 1995.
- BOUDIEUR, P. *A gênese dos conceitos de habitus e de campus: o poder simbólico*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2003.
- CASTELL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. *La dynamique institutionnelle de l'économie populaire solidaire dans les pays du Sud: chaire de recherche en développement des collectivités*. Série Comparaisons internationales, n. 4, Université du Québec en Outaouais, 2002.
- CASTELS, M. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.
- _____. *O poder da identidade*. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- COSTA, S. Quase crítica: insuficiência da sociologia da modernização reflexiva. *Tempo Social*, revista da Sociologia da USP, São Paulo, v.16, n.2, 2000.

- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1998.
- IANNI, O. *Sociologia da sociologia latino-americana*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1971.
- JAMESON, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2007.
- LEITE, P. M. *Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.
- LIMA, J.; CONSERVA, M. Redes sociais e mercado de trabalho: entre o formal e o informal. *Política & Trabalho*, Revista de Ciências Sociais, São Paulo, n. 24, p. 73-98, 2006.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Ed. Vitor Civita, 1983. I v., cap. V.
- MONY, A; DRUCK, G. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil, in: _____; _____. *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SANTOS, Boaventura S. *A gramática do tempo: para uma cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006. Coleção para um novo senso comum. IV v.
- WEBER, M. O conceito e categorias da cidade, in: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1979.